

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-04-03

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Belchior, A. M. (2023). O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia. In Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg (Ed.), *Democracia em Portugal 2022: Caderno do observatório da qualidade da democracia*. (pp. 155-164). Lisbon: ICS.

Further information on publisher's website:

<https://www.ics.ulisboa.pt/livros/democracia-em-portugal-2022>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Belchior, A. M. (2023). O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia. In Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg (Ed.), *Democracia em Portugal 2022: Caderno do observatório da qualidade da democracia*. (pp. 155-164). Lisbon: ICS.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

## O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia

Não há consenso sobre como definir democracia. Ainda assim, há relativa concordância sobre as suas características fundamentais. Uma democracia pressupõe um governo baseado na regra da maioria e o consentimento dos governados, a supervisão legislativa e judicial do executivo, a existência de eleições livres e justas, a proteção dos direitos das minorias, a igualdade perante a lei e o pluralismo político, assim como o respeito pelos direitos humanos básicos (ver pex: Lührmann et al., 2018).

Este capítulo trata da democracia em Portugal, inscrevendo-se no debate sobre a existência de um processo de erosão das democracias liberais. Neste, vários autores têm alertado para a eminência da desconsolidação democrática (Acemoglu e Robinson, 2012; Levitsky e Ziblatt, 2018). Apesar de este alerta não ser consensual (Alexander e Welzel, 2017; Wuttke et al. 2020; Zilinsky 2019), a evidência tem apontado no sentido de um relativo crescimento do apoio a formas de governo não-democráticas, em especial por parte dos mais jovens (Foa e Mounk, 2019; Kriesi, 2020). Em paralelo, argumenta-se que a erosão das democracias liberais se observa igualmente no plano da performance das suas instituições (pex. Laeben e Lührmann, 2021). Ainda, a pandemia poderá ter amplificado o problema da erosão das democracias ocidentais, embora os resultados sobre o seu efeito sejam até à data dúbios (ex. Flinders, 2020). Importa, por isso, avaliar como se situa Portugal no quadro deste debate.

Em linha com o debate antes mencionado, desenvolvem-se neste capítulo duas perspectivas de análise:

(1) Uma foca os cidadãos, debruçando-se sobre a legitimidade da democracia. Em que medida os portugueses, em particular os mais jovens, se mostram progressivamente mais críticos da democracia e mais disponíveis para apoiar governos não democráticos?

(2) A outra perspectiva examina as avaliações que organismos internacionais (o *The Economist*<sup>1</sup>, o V-Dem<sup>2</sup> e o IDEA<sup>3</sup>) fazem sobre o estado da democracia portuguesa. Em que medida há uma deterioração da mesma no que respeita à performance das suas instituições?

### *A perspectiva dos cidadãos*

Em linha com os europeus, os portugueses declaram-se esmagadoramente favoráveis à democracia como a melhor forma de governar o país, reforçando-se esta tendência em anos mais recentes. Contudo, o apoio dos portugueses à democracia é feito de permeio com o apoio a soluções não democráticas de governo, verificando-se igualmente um relativo reforço desta tendência no tempo e uma tendência de distanciamento em relação à Europa. Em 2020, conquanto menos de um quarto dos europeus se mostra favorável a um governo com um líder forte que não tenha que se preocupar com o parlamento e com as eleições, mais de metade dos portugueses apoiam este tipo de governo. Embora com menor aceitação, é ainda relevante o

---

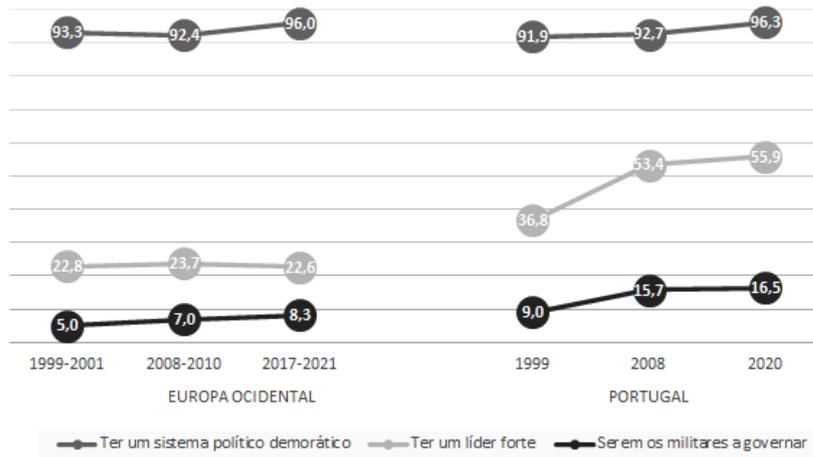
<sup>1</sup> The Economist (<https://www.economist.com/>).

<sup>2</sup> Varieties of Democracy (<https://v-dem.net/>).

<sup>3</sup> Institute for Democracy and Electoral Assistance (<https://www.idea.int/>).

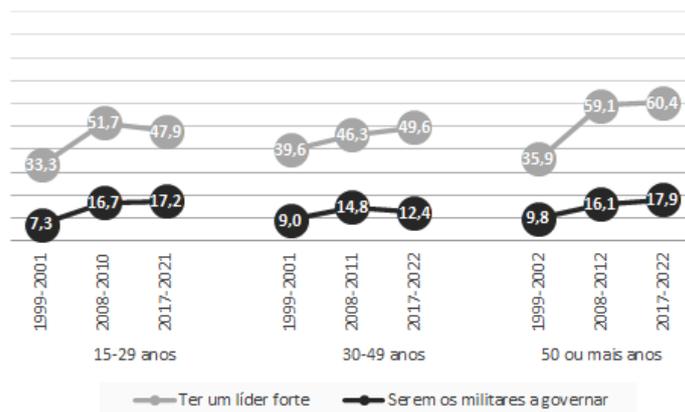
apoio dos portugueses a um governo liderado por militares, que tem sido cerca de duas vezes maior do que a média europeia, correspondendo em 2020 a um sexto dos portugueses.

Figura 1. Percentagem de apoio a diferentes sistemas políticos enquanto melhor forma de governar o país (respostas “bom” + “muito bom”)



Fonte: EVS trend file 1981-2017.

Figura 2. Percentagem de apoio a sistemas políticos autoritários enquanto melhor forma de governar Portugal, por grupo etário (respostas “bom” + “muito bom”)



Fonte: EVS trend file 1981-2017.

A Figura 2 apresenta o apoio dos portugueses a um governo com um líder forte e a um governo liderado por militares por grupo etário. Apesar de o apoio a este tipo de governos ser maior entre os que pertencem ao escalão etário mais velho, assiste-se entre os mais jovens a um não negligenciável apoio a governos de líderes fortes e militares. Declaram-se favoráveis a estes tipos de governos, no primeiro caso, cerca de metade dos jovens portugueses, e, no segundo,

mais de um sexto destes. Estes resultados questionam a ideia de os jovens prevalecerem como o estrato com valores mais liberais (Alexander & Welzel 2017; Zagórski et al. 2021), embora não permita corroborar para Portugal a tese de que o apoio a regimes não democráticos tem aumentado mais entre os mais jovens (Foa e Mounk, 2019; Kriesi, 2020).

### *A perspectiva dos organismos internacionais*

O *The Economist*<sup>4</sup> é um reconhecido organismo que monitoriza a democracia a nível global. O seu índice de democracia é constituído por cinco categorias: o processo eleitoral e pluralismo<sup>5</sup>, o funcionamento do governo<sup>6</sup>, a participação política<sup>7</sup>, a cultura política<sup>8</sup>, e as liberdades civis<sup>9</sup>. O índice resulta da média das pontuações totais de cada categoria, permitindo classificar os países em quatro categorias, correspondendo duas delas a regimes democráticos<sup>10</sup>:

- As democracias plenas (regimes com eleições livres e justas, direitos políticos e liberdades civis, forte cultura política, governo eficaz, media diversificados e autónomos, mecanismos de responsabilização, judiciário independente, e uma democracia em crescimento);

- As democracias imperfeitas (regimes como eleições livres e justas, direitos políticos e liberdades civis, mas com governação inadequada ou ineficaz, cultura política subdesenvolvida, e fraca participação política).

A Figura 3 mostra a evolução deste índice de democracia em Portugal e na Europa para o período entre 2006 e 2021 (o lapso temporal para o qual há dados).

Figura 3. Índice de democracia na Europa Ocidental e em Portugal

---

<sup>4</sup> <https://www.economist.com/graphic-detail/2022/02/09/a-new-low-for-global-democracy>.

<sup>5</sup> Contempla eleições livres e justas, sufrágio universal, financiamento partidário transparente, direitos e liberdades políticas, etc.

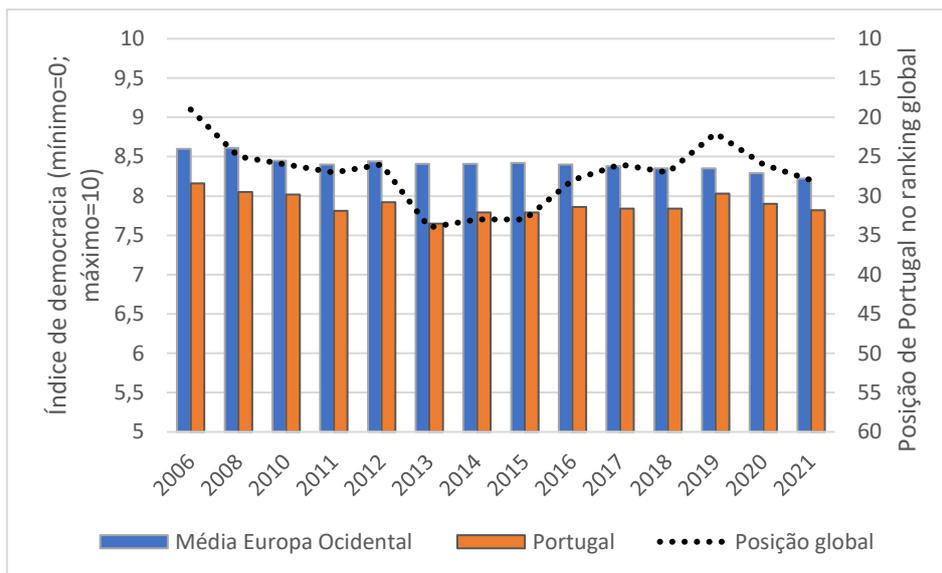
<sup>6</sup> Contempla separação de poderes, não ingerência externa na política nacional, existência de mecanismos de responsabilização do governo, confiança pública no governo e nos partidos, baixos índices de corrupção, etc.

<sup>7</sup> Contempla participação eleitoral e não-eleitoral, representação de grupos minoritários e das mulheres, promoção da participação política pelas autoridades, etc.

<sup>8</sup> Contempla apoio à democracia, separação entre o Estado e a Igreja, etc.

<sup>9</sup> Contempla liberdade da comunicação social, de expressão e de protesto, diversidade de opiniões coberta nos media, igualdade perante a lei, não discriminação de minorias, etc.

<sup>10</sup> Os regimes podem ainda ser classificados como híbridos ou autoritários, se os requisitos básicos inerentes à democracia não são alcançados.



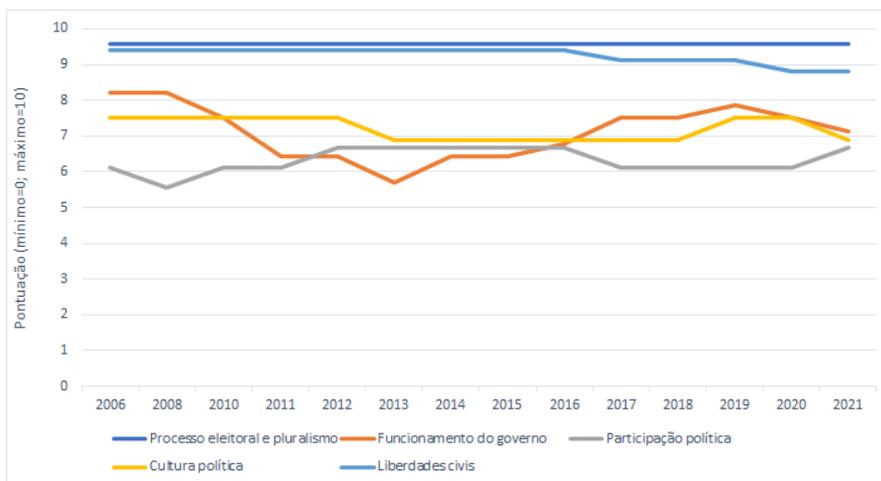
Fonte: Economist Intelligence - EIU, relatórios do *Democracy Index*, 2006-2021.

As tendências, tanto europeia como nacional, sugerem uma relativa degradação do regime democrático. Contudo, a descida de Portugal no ranking iniciada em 2020 sugere que neste contexto a democracia portuguesa está no grupo das mais penalizadas. No lapso de tempo em análise, Portugal é apenas classificado como democracia plena entre 2006 e 2010, e depois em 2019, sendo no restante período considerado uma democracia com falhas. No contexto da Europa Ocidental, em 2021, por ordem decrescente da sua classificação, são classificados como democracias com falhas: França, Espanha, Portugal, Itália, Malta, Grécia, Bélgica e Chipre. Os países nórdicos e a nova Zelândia mantêm-se consistentemente no topo da classificação como democracias plenas<sup>11</sup>.

A análise individualizada da evolução dos indicadores que constituem o índice de democracia, na Figura 4, ajuda a compreender em que dimensões a democracia portuguesa mais se fragilizou. O pluralismo e processo eleitoral mantêm-se a níveis quase máximos desde 2006, e as liberdades civis denotam também níveis bastante elevados, embora decrescentes. Os restantes indicadores apresentam resultados menos auspiciosos. O funcionamento do governo e a cultura política sofrem quebras em 2020 e 2021, respectivamente, e a participação política, embora esteja numa trajectória de recuperação, prevalece o indicador com menor pontuação. Estes dados indicam que a deterioração da democracia nacional não está estritamente ligada à ocorrência da crise pandémica, já que a baixa pontuação de alguns indicadores reporta ao período anterior a esta crise, e o declínio mais acentuado de outros ocorre apenas no segundo ano de pandemia.

Figura 4. Evolução das categorias do índice de democracia em Portugal

<sup>11</sup> [https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/?utm\\_source=economist&utm\\_medium=daily\\_chart&utm\\_campaign=democracy-index-2021](https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/?utm_source=economist&utm_medium=daily_chart&utm_campaign=democracy-index-2021).



Fonte: Economist Intelligence - EIU, relatórios do *Democracy Index*, 2006-2021.

A análise do estado da democracia portuguesa feita por outros organismos internacionais permite corroborar em grande medida estes resultados. Neste sentido, o V-Dem<sup>12</sup> sinaliza que a democracia em Portugal passou de democracia liberal em 2019 (isto é, de democracia plena) para uma democracia electiva em 2020 (isto é, com falhas que no caso de Portugal se ficaram a dever ao agravar do acesso das mulheres à justiça<sup>13</sup>). Os indicadores que mais penalizam a classificação de Portugal são: a igualdade (indicador que mede a protecção dos direitos e liberdades, a distribuição de recursos, e o acesso ao poder de todos os grupos sociais), a participação política (que mede a participação eleitoral e não eleitoral dos cidadãos, e a descentralização da tomada de decisão), ou a deliberação política (relativa à instituição de processos de deliberação colectiva). As pontuações atribuídas a estes indicadores estavam já em decréscimo quando ocorre a pandemia. No que respeita a 2023 (assim como a 2022, dado que não existe ainda relatório para este ano), o V-Dem considera que existe uma probabilidade não negligenciável de ocorrência de pelo menos um acontecimento que promova a diminuição da performance democrática em Portugal<sup>14</sup>.

Por último, o IDEA<sup>15</sup> tem consistentemente considerado Portugal como uma democracia de elevada performance desde a transição para a democracia. Porém, este organismo tem sinalizado desde 2018 a fragilização de vários indicadores da performance do sistema, nomeadamente em relação: à igualdade social, ao controlo da corrupção e à promoção da participação política, e, em particular, da democracia directa.

### Nota conclusiva

Embora a emergência da pandemia tenha espoletado um importante debate público sobre o estado da democracia portuguesa, tendo sido apontada como a razão para a deterioração da qualidade da democracia em Portugal, este diagnóstico não parece coadunar-se com os

<sup>12</sup> <https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>.

<sup>13</sup> Ver relatório de 2022, página 15 (<https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>).

<sup>14</sup> <https://v-dem.net/demspace>.

<sup>15</sup> <https://www.idea.int/data-tools/tools/global-state-democracy-indices>.

resultados aqui alcançados. Por um lado, Portugal mantém um regime inequivocamente democrático, tanto quanto à legitimação popular, como quanto ao funcionamento das suas instituições. Por outro, há sinais de corrosão a ambos os níveis que se têm, de modo geral, vindo a intensificar nos últimos anos, em especial no que diz respeito ao aumento da igualdade social, ao deteriorar do funcionamento do governo, ou ao crescimento da legitimação de formas não democráticas de governo. Não sendo necessariamente sinais de desconsolidação democrática, estes são, porém, sinais de erosão da democracia, que devem ser entendidos como um alerta do sistema, e não devem deixar indiferentes nem os decisores políticos, nem a opinião pública.

## *Referências*

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. 2012. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Crown. New York, USA.

ALEXANDER, Amy C; WELZEL, Chistian. 2017. "The Myth of Deconsolidation: Rising Liberalism and the Populist Reaction" In: ILE Working Paper Series 10, University of Hamburg, Institute of Law and Economics.

EVS/WVS (2022). *European Values Study and World Values Survey: Joint EVS/WVS 2017-2022 Dataset (Joint EVS/WVS)*. GESIS Data Archive, Cologne. ZA7505. Dataset Version 4.0.0.

Flinders, Matthew. 2020. "Democracy and the Politics of Coronavirus: Trust, Blame and Understanding." *Parliamentary Affairs* 72 (2): 483–502.

Foa, R. S., & Mounk, Y. (2019). Youth and the populist wave. *Philosophy and Social Criticism*, 45(9–10), 1013–1024.

Kriesi, H. (2020). Is There a Crisis of Democracy in Europe? *Politische Vierteljahresschrift*, 61, 237–260.

Laebens, Melis G., and Anna Lührmann. 2021. "What Halts Democratic Erosion? The Changing Role of Accountability." *Democratization* 28 (5): 908–28.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. *How Democracies Die*. Crown. New York, USA.

Lührmann, Anna, Marcus Tannenberg, and Staffan I. Lindberg. 2018. "Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes." *Politics and Governance* 6 (1): 60–77.

Schäfer, A. (2021). Cultural Backlash? How (Not) to Explain the Rise of Authoritarian Populism. *British Journal of Political Science*, (online first).

Wuttke, A., Gavras, K., & Schoen, H. (2020), "Have Europeans Grown Tired of Democracy? New Evidence from Eighteen Consolidated Democracies, 1981–2018", *British Journal of Political Science*, 1–13.

Zagórski, P., Rama, J., & Cordero, G. (2021), "Young and Temporary: Youth Employment Insecurity and Support for Right-Wing Populist Parties in Europe", *Government and Opposition*.

Zilinsky, J. (2019), "Democratic deconsolidation revisited: Young Europeans are not dissatisfied with democracy", *Research and Politics*, 6(1), 2–9.